



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exma. Sra. Presidente

da Comissão de Trabalho e Segurança Social,

Deputada Isabel Meirelles

Requerimento para Audição da Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Sra. Presidente do Instituto de Segurança Social Dra. Catarina Marcelino, sobre os cortes no apoio alimentar e as dificuldades no acesso às prestações sociais

Foi hoje, dia 8 de junho de 2022, anunciado na Comunicação Social de que o Instituto da Segurança Social (ISS) terá dado indicações, em 20 de maio de 2022, aos diretores da Segurança Social de todo o país para informarem os técnicos que acompanham o Programa de Apoio às Pessoas mais Carenciadas (POAPMC) que teriam de proceder à redução de 30 mil beneficiários do apoio, ou seja, de 120 mil para 90 mil beneficiários – uma decisão inaceitável que assume dimensões de especial gravidade face ao momento atual de agravamento da situação económica e social.

Estes cortes (impostos administrativamente) sem terem como contrapartida, quer o reforço de direitos básicos, através do reforço das prestações sociais, quer aos que agora ficarão excluídos destes apoios. Cortes que são absolutamente inaceitáveis, tal como os estrangulamentos no acesso a prestações sociais (como o Rendimento Social de Inserção, Prestação Social para a Inclusão, Complemento Solidário para Idosos, entre outras) que se traduzem numa realidade de mais vulnerabilidade daqueles que já estão em situação de fragilidade social.

Num momento em que a inflação continua a disparar, os bens e serviços essenciais têm um custo crescente, os trabalhadores, os reformados e pensionistas, as famílias estão, de dia para dia a perder poder de compra, a solução não pode passar por cortes em apoios existentes nem por critérios que limitam e negam a milhares de pessoas o acesso a prestações sociais, colocando em causa a sua proteção social e agravando as situações de pobreza.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

A solução passa sim pela valorização geral dos salários e das pensões, pelo controle de preços em serviços e bens essenciais (incluindo alimentares), pelo reforço da proteção social e por medidas que garantam uma Segurança Social de proximidade aos seus utentes e beneficiários, desde logo no reforço do atendimento e do apoio presencial, bem como pela valorização do sistema público da Segurança Social, do seu carácter universal e solidário e da sua natureza de redistribuição da riqueza.

Assim, considerando a gravidade da decisão tomada e o seu impacto na vida de milhares de famílias, bem como a necessidade, especialmente face ao momento atual, de reforçar a proteção social dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, das crianças e jovens e das famílias, nomeadamente garantindo melhores condições de acesso a prestações sociais, o Grupo Parlamentar do PCP requer, com máxima urgência, a presença da **Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social** e da **Sra. Presidente do Instituto de Segurança Social Dra. Catarina Marcelino, na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão.**

Assembleia da República, 8 de junho de 2022

Os Deputados,

Diana Ferreira

Alma Rivera